

Marcílio busca apoio para acordo

O ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, embarcou ontem à noite para Washington, onde participará da reunião anual do Fundo Monetário Internacional, a partir da próxima segunda-feira. Apesar da grave crise política em que se encontra hoje o Brasil, o ministro está confiante na certeza de que o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o próprio FMI darão o sinal verde para que as negociações com os bancos credores privados evoluam.

Em entrevista concedida ontem à Agência Brasil, Marcílio garantiu que o Fundo Monetário Internacional tem manifestado que a economia brasileira está

conseguindo manter sua direção. Ele lembrou que as últimas pesquisas de preços indicam que a inflação não vai explodir. "Pelo contrário, a alta verificada em agosto, por conta do início da entressafra, não se repetirá em setembro, resultado da política de colocação no mercado dos estoques governamentais de carne e grãos". O protocolo do acordo com os bancos credores sai nas próximas duas semanas e deverá, rapidamente, ainda em outubro, ser aprovado pelo Senado.

Apesar do que chamou de "turbulência política" o ministro da Economia disse estar bastante tranqüilo, "consciente da missão cumprida" e de que soube levar a

nau da economia mesmo "em mar encrespado". Marcílio afirmou estar convicto de que a crise política terá breve desfecho, uma vez que uma solução demorada não interessa a ninguém. "O tempo maior, dado pelo Supremo Tribunal Federal, para a defesa do presidente Fernando Collor mostra apenas que as instituições democráticas estão funcionando plenamente, com total independência dos poderes. Não significa que o Governo aposta no prolongamento da crise".

E acrescentou: "O processo em curso é finito e tem seu leito próprio, determinado pela Constituição, pelas leis". Veja abaixo o que disse Marcílio.

Inflação

"Houve em agosto uma pequena aceleração, em decorrência basicamente do início da entressafra. Mas tudo indica que essa aceleração não vai se repetir em setembro, devido às medidas tomadas pelo Governo, como a colocação de seus estoques, este ano muito grandes, no mercado, através de leilões. Os produtos que mais pressionaram os índices, em agosto, foram os alimentícios, *in natura*".

"Em setembro, este repique não acontecerá e as primeiras pesquisas já indicam isso. Mas, para que a inflação seja, de fato, debelada, é indispensável a aprovação da reforma fiscal. Sem a reforma conseguimos trazer os índices de 85 por cento ao mês para 30 e depois para 20 por cento. É preciso ressaltar que a inflação está no patamar de 20 por cento com total liberdade de preços, nunca verificada nos últimos anos. Vamos conseguir trazer a inflação para um patamar um pouco abaixo dos 20 por cento nos próximos meses".

"Mas só com a reforma fiscal os índices cairão significativamente. Precisamos da reforma porque a política de combate à inflação não pode abusar da política monetária austerá. Enquanto não for aprovada a reforma precisamos perseverar na austeridade fiscal e monetária e nas medidas anticíclicas como as de apoio às exportações e a setores produtivos específicos, como o automobilístico".

FMI

"O acordo com o FMI, apesar de não terem sido fixadas metas para o segundo semestre, não começará do zero. O acordo não está suspenso, está sobrestado em uma parte de seus efeitos, que é a não-liberação das parcelas a que o País teria direito, se cumprisse as metas estabelecidas inicialmente. Para que o acordo com o FMI seja dinamizado, assim como o acordo com os bancos credores, é necessário, basicamente, que o Congresso aprove a reforma fiscal".

"Seria, agora, intempestivo e irrealista estabelecer metas para o próximo ano sem se ter a reforma fiscal. Ela é inelutável (indiscutível). A liberação dos recursos, por parte dos organismos multilaterais de crédito (FMI, BID e Bird), dinheiro que faz parte das garantias que o Brasil oferecerá para a renegociação da dívida com os bancos credores privados, prevista para janeiro de 1993, depende, portanto, do que acontecerá no Congresso a partir de outubro, da aprovação das medidas modernizadoras da economia e, principalmente, da reforma fiscal".

"A reforma escuda a inserção do País na economia mundial, o fluxo de recursos externos que lastrearão a renegociação da dívida externa e a retomada do crescimento econômico. Paralelamente à reunião do FMI, a delegação brasileira dinamizará as negociações com os bancos credores privados para que o desfecho seja o mais breve possível.

Credores

"A renegociação da dívida com os bancos credores, para se completar, precisa de uma palavra positiva do Bird, Bid e FMI, no sentido de que o Brasil mantém o rumo de sua política econômica. Essa palavra independe de uma medição das metas contidas no acordo que o Brasil firmou com o Fundo, no final do ano passado. Depende muito mais de uma costura, por parte do Brasil, de que o espírito do acordo está mantido. E, o Fundo, por parte dos seus representantes, tem manifestado que, apesar das difíceis condições políticas do nosso País, a economia tem sabido e conseguido manter a sua direção".

"O Tesouro continua, mês a mês, a gerar superávits de caixa. A política monetária continua apertada. O crescimento da base monetária tem sido inferior ao da inflação. Está havendo uma retração real de liquidez. As exportações continuam dinâmicas, gerando bons saldos comerciais e com isso mantendo as reservas em níveis muito confortáveis".

"Por isso, o que o fundo diz é que as negociações com os bancos privados de um lado e com os países credores, no âmbito do Clube de Paris, podem continuar sem nenhuma interrupção. Possíveis declarações contrárias, por parte de alguns representantes dos bancos, são opiniões isoladas. No geral, todos reconhecem que as reformas estruturais continuam sob exame no Congresso e com avanços".